



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Representações de sexo/gênero: uma questão pendente nos estudos de comunicação¹

L.Graciela Natansohn[@]

“Todos os feminismos são teorias totalizantes. Como as mulheres e as relações de gênero estão em toda parte, os temas das teorias feministas não podem ser contidos dentro de um esquema disciplinar singular”.

Sandra Harding, 1993

Resumo:

O uso da categoria gênero levou ao reconhecimento de uma variedade de formas de interpretação, simbolização e organização das diferenças sexuais nas relações sociais e perfilou uma crítica, quase unânime, à existência de uma “essência feminina”. Contudo, tendo-se popularizado este termo nos anos noventa, a maneira em que com frequência se tem utilizado elude essa distinção ao equiparar gênero e sexo, especialmente, no caso de alguns estudos empíricos de recepção que, ao incluir a variável sexo, pregam a realização de estudos com perspectiva de gênero. Neste texto discutem-se diferentes enfoques sobre a relação entre sexo e gênero, colocando-se também algumas questões teóricas que essa distinção provoca.

Palavras chave: gênero; feminismo; recepção.

Nos anos setenta, os estudos feministas impuseram o uso da categoria *gender* (gênero) com a intenção de distinguir entre o gênero como marca biológica (isto é, como sendo *homem* e *mulher* duas espécies de ‘natureza’ distinta), e o gênero como produto de construções sociais e culturais. Estes trabalhos, além de um objetivo acadêmico, tinham um propósito político: distinguir que as características humanas consideradas “femininas” eram adquiridas pelas mulheres mediante um complexo processo individual e social, em vez de derivar-se “naturalmente” do seu sexo. Supunham que, com a distinção entre sexo e gênero, podia-se enfrentar melhor o determinismo biológico e assim, ampliava-se a base teórica argumentativa a favor da

[@] Jornalista argentina, residente em Salvador, realiza doutorado em Comunicação na Facom/UFBA.

¹ Trabalho apresentado no NP01 – Núcleo de Pesquisa Teorias da Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



igualdade das mulheres. Os estudos de recepção de cunho feminista, especialmente aqueles afiliados aos Estudos Culturais, utilizaram-se da distinção para analisar como o consumo de meios pelas mulheres (principalmente, de televisão, revistas femininas e literatura romântica) estava relacionado com as formas patriarcais do poder familiar e geravam espaços de lazer como forma de resistência cultural.

O uso da categoria gênero levou ao reconhecimento de uma variedade de formas de interpretação, simbolização e organização das diferenças sexuais nas relações sociais e perfilou uma crítica, quase unânime, à existência de uma essência feminina. Contudo, tendo-se popularizado este termo nos anos noventa, a maneira em que com frequência se tem utilizado elude essa distinção ao equiparar gênero e sexo, especialmente, no caso de alguns estudos empíricos de recepção que, ao incluir a variável sexo, pregam a realização de estudos com perspectiva de gênero.

Num trabalho recente, Escostegui (2002) afirma que, no âmbito dos estudos de recepção na América Latina, hoje está adotando-se a categoria de gênero para indicar apenas uma variável sócio-demográfica ou, muitas vezes, associada a papéis sociais - por exemplo, mãe e dona de casa -, mas “essas categorias específicas não contribuem para explicar certos processos sociais e seus resultados objetivos”. Seja por resistência ideológica ao feminismo ou pelas dificuldades inerentes a teorias que de alguma forma desestabilizam saberes e tradições seculares, o fato é que a estratégia de apresentar o conceito de gênero exclusivamente como variável sociológica, nada aporta à teoria da comunicação para entender as complexas relações entre a cultura, os meios e o público. Ainda, poucos trabalhos se interessam pelas mulheres em outros papéis sociais que não sejam de dona de casa ou mãe ou, no caso das jovens, como estudantes¹. Entretanto, mulheres mães ou donas de casa, se convertem no principal informante das pesquisas sobre meios de comunicação, família e consumo, dado o reconhecimento do lugar

¹ “Em um relato sobre o estado da arte dos estudos de gênero e meios de comunicação de massa na América Latina, Charles (1996) identifica que a investigação centrada no receptor privilegiou como universo de pesquisa a mulher adulta, deixando de lado a jovem, o público feminino infantil e de terceira idade. Além disso, preferiu estudar, fundamentalmente, a mulher adulta dos setores populares”. Ainda, continua-se a ignorar a raça. Escostegui, 2002.



central que ocupa a mulher no lar. Tais investigações escolhem propositadamente a mulher como sua informante principal, mas o debate sobre o gênero não parece estruturar a investigação, observa Escostegui.

Para uma teoria da comunicação preocupada com o consumo e a recepção, não como uma “etapa” do processo mas como um “novo lugar” a partir do qual resgatar a criatividade dos sujeitos, a complexidade da vida cotidiana como espaço de produção de sentido e o caráter lúdico e desejoso, no dizer de Barbero (1995), da relação com os meios, é preciso re-colocar as questões de gênero. O ‘público’, a ‘audiência’, os ‘consumidores’, os ‘cidadãos’, os ‘receptores’, e suas equivalentes femininas, são palavras que ocultam mais do que expressam posições, simbólicas ou materiais, dos sujeitos no processo da comunicação.

A preocupação teórica com a categoria gênero aparece só no fim do século XX, sendo ignorada por toda a teoria social e as Ciências Humanas, desde o século XVII. Pelo menos, não tinha aparecido como uma forma de se referir a uma relação social e sim como referências a “problemas de mulheres” ou observações sobre o lugar das mulheres na vida social e cultural.

O conceito de gênero², usado a partir da década de 70 por feministas acadêmicas anglo-saxãs, emerge justamente num momento de crise do paradigma científico vigente, momento de transição para “narrativas” literárias a partir, especialmente, do “desdisciplinamento” culturalista das ciências sociais desde os anos sessenta e o declínio pós-moderno dos paradigmas, com o abandono da pretensão de cientificidade - pelo

² Em verdade, o diferencial simbólico da palavra *gênero* para se referir à diferença sexual foi acrescentado pelo feminismo inglês, aproveitando-se da distinção já existente na língua inglesa, entre *genre* e *gender*. Essa distinção não existe em português. Se olharmos no dicionário, encontraremos para “gênero” uma série de definições comuns a sistemas classificatórios da lógica, da biologia e da gramática: “*Log.* Classe cuja extensão se divide em outras classes, as quais, em relação à primeira, são chamadas *espécies*. (...) *Biol.Ger.* Unidade taxionômica usadas nos sistemas de classificação, e constituída por uma ou mais espécies afins. Constitui, geralmente, uma categoria natural, fácil de reconhecer, sendo a denominação genérica sempre um substantivo latino ou alatinado. *Gram.* Categoria que indica, por meio de desinências, uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas [Há os gêneros masculino, feminino e neutro]”. Dicionário *Aurélio*, Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1988.

1 Trabalho apresentado no NP01 – Núcleo de Pesquisa Teorias da Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



menos, nos termos clássicos. O saber sobre a literatura passa a ser o paradigma das ciências sociais, daí o uso de termos tais como “discurso”, “texto”, “narrativa” para referir-se ao mundo. Soma-se a isto o projeto des-hierarquizante e desconstrutivista de Derrida com a crítica aos binarismos: texto/contexto, ficção/realidade, real/imaginário, autor/leitor, cultura alta/popular, cultura/barbárie, explicación/interpretación, sujeito/objeto.

Ao dizer de Dalmaroni (2001),

“desde que la antropología estructural y la semiótica expandieron el dominio del modelo lingüístico al conjunto de las ciencias sociales o al estudio de las ‘superestructuras’ mientras, casi simultáneamente, el binarismo constitutivo de tal modelo era puesto en crisis junto con la idea de representación, se viene operando en el pensamiento universitario y cultural contemporáneo una prolongada serie de transformaciones que, a su vez, procuran comprender o interpretar de un modo crítico los cambios que se producen en la cultura misma o, más sencillamente, en el mundo social. El estado actual de esa serie de cambios –en los que la crítica cultural y literaria vinculada a las tradiciones marxistas también tuvo un papel central- suele identificarse, tanto para las disciplinas como para *las culturas* de las que aquellas se ocupan, como ‘giro cultural’ ”

Esse “giro cultural” e lingüístico possibilitou instaurar novas interpretações sociais sobre o que é masculino e feminino, enquanto a mulher se integrava aceleradamente no mercado de trabalho assumindo novos papeis. Em termos teóricos e políticos, o feminismo foi quem melhor tirou proveito da crise da modernidade e quem mais contribuiu na geração da própria crise.

Em 1949, Simone de Beauvoir (1961) antecipava o miolo da discussão pós-estruturalista e pós-moderna do feminismo ao dizer que “a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela: a mulher é o inessencial frente ao essencial. Ele é o sujeito, ele é o absoluto; ela é o outro... a mulher não se reivindica como sujeito por que não possui meios concretos para isso, porque experimenta o laço necessário que a une ao homem sem solicitar nenhuma reciprocidade, e porque amiúde é complacente com seu papel de outro”.



A questão do sujeito é central à teorização feminista, seja na procura de um sujeito feminista ou para declarar o fim de qualquer idéia de sujeito, pelo menos, desse sujeito transcendental e universal que foi o “homem”. A capacidade de criar hierarquias, significados e com isso, todo um aparelho de exclusão, tem sido um atributo dos sujeitos masculinos em questão. A partir desta distribuição hierárquica a mulher é colocada em subalternidade: em nome da sua “natureza”, dos seus atributos, de ser o “não-homem”, a mulher foi relegada ao âmbito doméstico, privado (no seu duplo sentido de carência e de não-público). A imutabilidade dos atributos masculinos-femininos foi necessária ao pensamento moderno, linear, binário, cujas noções de verdade, conhecimento e poder asseguraram a sua legitimação política, científica e epistémica. A partir do campo de uma metateoria pós-moderna, Flax (1991) realiza a crítica feminista aos temas da modernidade. Alguns deles:

- **a idéia de um *eu* estável e coerente, de um sujeito (masculino) universal cuja razão e ciência outorgue um fundamento objetivo e universal ao conhecimento;**
- **a verdade como produto da razão e como atributo do real;**
- **a razão como atributo transcendental, cuja existência prescinde de experiências corporais, históricas ou sociais;**
- **a ciência como exemplo de uso correto da razão, neutra e objetiva, capaz de descobrir as leis da natureza;**
- **a linguagem como instrumento transparente de representação, de ligação entre as coisas e as palavras.**
- **a liberdade e autonomia individual como produto lógico do uso da razão.**

Neste contexto de desconstrução do sujeito, os feminismos (no plural, pois é difícil falar de um feminismo, porque nos referimos a uma constelação de reflexões feministas) questionaram as visões essencialistas e reducionistas que estão subjacentes em categorias tais como "homem" e "mulher". A teorização de gênero envolve diferentes perspectivas e pontos de vista, muitos deles, opostos em vários termos.



Contudo, essas visões concordam em que, ao longo da história construíram-se ao redor das diferenças genéricas campos de poder diferenciados que estruturam a percepção e a organização simbólica da vida social.

A utilidade de um conceito relacional de gênero consiste em mostrar que não existe um mundo das mulheres separado do mundo dos homens, que o saber sobre as mulheres é necessariamente um saber sobre os homens. Usar esta concepção de gênero leva-nos então a rejeitarmos a idéia de esferas separadas. O gênero é uma posição social relativa que não é construída sobre a categoria aparentemente natural de “sexo”. Segundo Scott (1995:72) o gênero deve ser “compreendido como uma forma de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes”. Tal como é usado na gramática, gênero é uma classificação socialmente consensuada de distinções. Ao contrário, o sexo tornou-se uma categoria pertinente da percepção, a partir da criação da categoria gênero, isto é, da divisão da sociedade em duas categorias antagônicas, homens e mulheres, a partir de diferenças *percebidas* (Scott destaca a percepção como fundante da diferença), graças às quais, diz Saffioti, as diferenças entre homens e mulheres são profundas.

Foi também o pensamento sobre as sexualidades “alternativas”, desviadas do padrão heterossexual, que colocou em questão as nomeações binárias, que excluem qualquer possibilidade que não enquadre nas funções e papeis estabelecidos para cada um dos dois termos. As críticas ao par sexo/gênero provêm de várias partes. Implicou uma vontade de se desprender de categorias do plano biológico, onde o sexo teria ancorado sem ambivalências nem conflitos; assinalava a rejeição ao determinismo biológico de termos tais como sexo ou diferença sexual.

Uma das primeiras a colocar sob questão a naturalização das diferenças sexuais foi Simone de Beauvoir, cuja afirmação “não se nasce mulher: torna-se mulher” marcou o início de uma discussão densa acerca de como, em que condições e através de quais



processos, as pessoas podem ser “mulheres” ou “homens”. A famosa frase de Beauvoir foi criticada, algumas décadas depois, por várias feministas. Se o verbo *tornar-se* funciona como garantia contra a “anatomia como destino”, a idéia continuava atrelada a uma ontologia dualista, a uma passagem de um estado pré-genérico (o sexo) para outro (o gênero). Por que tipo de ação o sexo pré-genérico torna-se gênero? É um ato volitivo? Uma escolha? Se o gênero não é um atributo essencial, então por que algumas pessoas tornam-se homens e outras mulheres? Se nós escolhemos o nosso gênero, porém, como diz Saffioti (1992:188) parafraseando Engels, “com premissas e em condições muito determinadas”. Butler examina a frase de Beauvoir e afirma que

“o movimento temporal deste *tornar-se* não segue uma progressão linear. A origem do gênero não é temporalmente discreta precisamente porque o gênero não é subitamente originado num certo momento no tempo, depois do qual ele adquire uma forma fixa. Em um importante sentido, não se pode traçar o gênero até uma origem definível, porque ele próprio é uma atividade criadora ocorrendo incessantemente. Não mais compreendido como um produto de relações culturais e psíquicas transcorridas há tempo, o gênero é uma maneira contemporânea de organizar normas passadas e futuras, um modo da pessoa situar-se em e através destas normas, um estilo ativo de viver o corpo no mundo. (...) Tornar-se um gênero é um impulsivo e ainda assim atento processo de interpretação da realidade cultural carregada de sanções, tabus e prescrições. A escolha de assumir uma certa espécie de corpo, de viver e usar o corpo de uma certa maneira implica um mundo de estilos corporais já estabelecidos. Escolher um gênero consiste em interpretar recebidas normas de gênero de forma a reproduzi-las e organizá-las de novo. O gênero é mais um tácito projeto de renovar a história cultural de acordo com os termos corporais próprios de cada pessoa do que um ato radical de criação. Esta não é uma tarefa prescritiva que devemos nos esforçar para fazer, mas uma tarefa na qual nós temos nos empenhado todo o tempo” (Butler, 1988:130-1 *apud* Saffioti, 1992:189).

Butler pergunta-se como as suposições acerca do gênero e a sexualidade normativa determinam, antecipadamente, o que pode caber no campo da experiência humana; quais categorias entram em funcionamento para perceber tudo aquilo que podemos dizer que é o “real” da pessoa. Ela reflexiona sobre em que medida as normas de gênero vigentes (a complementariedade heterossexual, os ideais de



feminilidade e masculinidade) estabelecem aquilo que será inteligível ou não nos corpos humanos. Assinala a experiência lésbica e o “travestismo” como dois temas paradigmáticos onde as categorias normativas (e performativas) da linguagem criam seus limites. Justamente, a pesar do caráter historicamente construído da bipolaridade sexual (homens-mulheres), o efeito é naturalizante: a oposição parece invariável, eterna no passado e no futuro. É mais adequado falar da “experiência” das mulheres e homens que leva a pensar, agir e fazer determinadas escolhas que dependem de relações e contextos, do que dizer que “homens e mulheres agem assim porque são homens e mulheres”. “Não é a sexualidade que assombra à sociedade, mas antes a sociedade que assombra a sexualidade do corpo. As diferenças entre os corpos, relacionadas ao sexo, são constantemente solicitadas a testemunhar as relações sociais e as realidades que não tem nada a ver com a sexualidade. Não somente testemunhar, mas testemunhar para, ou seja, legitimar” (Godelier, 1981:17 *apud* Scott,1995:88-9).

Se existe uma necessidade de marcar especificidades e presenças frente à ausência das mulheres na teoria universalista da humanidade (dos “homens”) é preciso rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária. Até porque o caráter fixo das categorias aparece como se fossem consensuais, mas, na verdade, são dominantes e ocultam conflitos.



Em prol de um conceito de gênero menos normativo, mais flexível, histórico e contextual, Butler toma emprestado de Austin a idéia de performatividade e de Foucault, a noção da linguagem como estruturante. A linguagem não só expressa ou descreve alguma coisa senão que existem certos tipos de proposições que, ao serem faladas, criam a realidade da que falam. Assim, o aspecto performativo da linguagem permite “criar”, produzir, mediante a repetição, aquilo que se nomeia. Ter em conta o caráter performativo do gênero significa re-criar, em cada atuação de gênero, não a expressão de uma essência sexual interna mas a posta em cena de um *script*, um roteiro proposto socialmente, mas que tem que ser atualizado permanentemente.

Como Foucault, Butler propõe que todo discurso é, antes de tudo, uma prática social que institui seus próprios objetos. Um enunciado não é um fragmento de fala, isolado, senão um discurso produzido em condições determinadas, em relação com um domínio de objetos e como resultado de uma ação que não é individual, mas que inscreve o sujeito num jogo de posições possíveis. Assim pensado, o discurso está fortemente relacionado com a questão do poder, pois ele não é apenas o que traduz ou expressa as lutas e os sistemas de dominação, mas também “aquilo pelo qual e, por meio do qual, se luta” (Foucault,1987). O discurso está sempre em relação com conflitos subjetivos, inter-subjetivos, sociais e políticos, tem suas próprias regras de aparecimento e de apropriação e uma dimensão instituinte. Este aspecto instituinte e, ao mesmo tempo, performativo da linguagem, tal como o do gênero, permite pensar a mudança, já que cada ato deve ser permanentemente recriado. Assim, podemos pensar uma ruptura ou subversão dos atos de gênero através de novas performatividades, pois a repetição pode ser interrompida e questionada.

No que se refere às antecipações que a língua é capaz de suscitar, Butler aproxima-se do conceito de hábitos, de Bourdieu. Em "A dominação masculina" (1999), Pierre Bourdieu³ desenvolve o conceito de "habitus" na situação de subordinação de gênero. A dominação masculina sobre as mulheres, sustentada na "violência simbólica", (a qual, apesar do nome, não exclui formas materiais como a violência física) funciona

³ As referências às páginas, são da versão em espanhol, “La dominación masculina”, Anagrama, Madrid, 2000.

1 Trabalho apresentado no NP01 – Núcleo de Pesquisa Teorias da Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



como um princípio simbólico que forma parte da experiência *dóxica*, do senso comum, cuja perpetuação parece estar assegurada a partir do consenso compartilhado entre quem domina e quem é dominado. Contudo, Bourdieu não se refere a uma série de idéias conscientes e proativas exercidas pelos homens em detrimento das mulheres, senão a um processo lento de "socialização do biológico e de biologização do social" (p.14), de transformação da história em natureza, processo organizado sob princípios androcêntricos e expressado através de estilos de pensar, de falar e de se comportar que produzem efeitos nos corpos e nas mentes. O que o autor propõe é um exercício de reflexão sobre as categorias do entendimento e da percepção, com as quais o mundo (e os corpos) é construído. A inferioridade da mulher parece estar inscrita na ordem natural das coisas, porque sempre foi assim, é parte do sistema de percepções das pessoas, do pensamento e da ação. Isto se exemplifica bem quando se afirma, baseado na experiência cotidiana, que as mulheres não sabem manejar certas tecnologias (carros, vídeos) ou não têm condições para a vida política. Isto provém de um acordo entre as formas do conhecer, as expectativas interiores e o curso exterior do mundo, por que as categorias do conhecimento coincidem com "o real", e funcionam como orientações para a ação. Vale a pena citar textualmente:

"La concordancia entre las estructuras objetivas y las estructuras cognitivas, entre la conformación del ser y las formas del conocer, entre el curso del mundo y las expectativas que provoca, permite la relación con el mundo que Husserl describía con el nombre de "actitud natural" o de "experiencia dóxica", pero olvidando las condiciones sociales de posibilidad" (Bourdieu, 2000:21).

Esta divisão entre o ser e o conhecer que parece estar inscrita na natureza mesma das coisas, está objetivada no mundo social através do *habitus*, como sistema de categorias de percepção, de pensamento e de ação. Assim, quando os subordinados aplicam as categorias do entendimento produzidas na relação de dominação (androcêntrica) seus atos de conhecimento serão, necessariamente, atos de submissão (contudo, Bourdieu aceita que existem margens para a manobra, para a "luta cognitiva" pelo sentido das coisas). Isso fica claramente



exemplificado no caso da timidez, onde o tímido é traído pelo seu próprio corpo, ainda contra sua vontade, quando tem “in-corporado” sua subordinação. As representações das diferenças de gênero como diferenças naturais ou biológicas são também, um bom exemplo de como o corpo é construído por categorias históricas: Emily Martin (1996) nos mostra uns desenhos da idade média que descrevem a vagina como um pênis invertido, a partir da percepção do corpo feminino como o inverso do masculino, seu oposto, derivado do modelo central (o homem). As representações negativas da menstruação e da Tensão Pré-Menstrual também parecem responder a esta lógica (Natansohn, 2002, 2001). O hábitus de gênero produz aquilo que Bourdieu chamou de "somatização das relações de dominação", processo através do qual o corpo ‘fixa’ as relações sociais, de uma maneira não racional nem intelectual, senão como uma "predisposição", uma ação lenta, automática e sem agentes que, contudo, tem efeitos bem evidentes.

Chegamos então no centro do problema: é representável a mulher? O fato é que, seja como essência ou contingência, existem seres humanos que “funcionam” como mulheres, isto é, ocupam o lugar de mulheres numa estrutura patriarcal e em consequência, sofrem uma série de problemas específicos. Diz Sandra Harding que:

“A estrutura do corpo da mulher é diferente da estrutura do corpo do homem. Queremos por tanto, conhecer as implicações dessa configuração corpórea diversa sobre as relações sociais e a vida intelectual. Menstruação, penetração vaginal, práticas sexuais lésbicas, parto, aleitamento e menopausa são experiências sexuais que os homens não podem ter. O feminismo contemporâneo não endossa o objetivo do poder público de tratar as mulheres da mesma forma que os homens. É preciso, assim, dizer quais são essas diferenças. Mas receamos que, ao fazê-lo, estejamos alimentando o determinismo biológico-sexual (basta atentar para os problemas que tivemos ao formular uma posição feminista quanto à síndrome pré-menstrual e os riscos à reprodução associados ao trabalho, sem vitimizar as mulheres). O

1 Trabalho apresentado no NP01 – Núcleo de Pesquisa Teorias da Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



problema se torna mais complexo quando queremos falar de diferenças raciais entre mulheres. Como poderemos escolher entre defender o reconhecimento de nossas diferenças biológicas pelo poder público e sustentar que a biologia não é uma fatalidade nem para os homens nem para as mulheres?”(Harding, 1993:25)

Colocando entre parênteses a primeira parte da afirmação de Harding, de que o corpo da mulher “é diferente da estrutura do corpo do homem”, justamente porque viemos afirmando a historicidade das percepções de gênero e a historicidade e relatividade dessas diferenças - daí a utilidade da definição de Scott (1995:86) de que o gênero é “um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças *percebidas* entre os sexos”(grifo nosso) – ela salienta o fato de que a afirmação de uma identidade, de um “ser mulher”, com todos os perigos da universalização deste tipo de afirmativa, parece ser necessário até para nos liberar do destino biológico. A força ideológica da dicotomia natureza/cultura se expressa não só nas divisões disciplinares da ciência mas também nas políticas públicas, nas práticas sociais, nos imaginários, na linguagem e é dentro dessas dicotomias que a luta feminista se desenvolve. As dicotomias são empiricamente falsas, diz Harding, mas não podemos ignorá-las ou descartá-las enquanto elas permanecem estruturando a vida e a consciência.

Spivak tem dito que é preciso certo essencialismo operacional, metodológico, estratégico (apud Butler, 2001). Poderíamos utilizar a categoria mulher e homem sem atribuir-lhe caráter ontológico, ou seja, utilizar o termo ao tempo em que se conhece sua insuficiência ontológica.

Para Braidotti, reconceber as raízes corpóreas da subjetividade é ponto de partida para um projeto feminista que ela denomina “nomádico”. O sujeito corporizado não deve ser entendido nem como categoria biológica, nem sociológica e sim como um ponto de encontro entre o simbólico, o físico e o sociológico (como os *cyborgs* de Haraway). Ela nos diz que:

“na teoria feminista nós falamos como mulheres tendo em conta que “mulheres” não faz referência a uma essência monolítica definida de uma vez e para sempre, senão que é o lugar de um conjunto de experiências múltiplas,



complexas e potencialmente contraditórias, definido por variáveis que se superpõem tais como a classe, raça, idade, estilo de vida, preferência sexual e outras... uma fala como mulher com o propósito de dar maior força às mulheres, de ativar mudanças sócio-simbólicas: esta é uma posição radicalmente antiessencialista”(Braidoti, 2000: 30).

A percepção dos intrincados vínculos entre as representações dos gêneros, a materialidade da subordinação das mulheres e as limitações da linguagem, não impediu avançar criticamente sobre o que tinha caracterizado os inícios dos estudos feministas em comunicação: a crítica aos estereótipos de gênero e sua não correspondência com as mulheres "reais". Percebeu-se que já não se trata só de um problema de conceitualização mais ou menos "realista" das mulheres. Porque se as representações construídas pelas palavras e imagens não expressam nenhuma realidade prévia (por que elas próprias são constitutivas da realidade), então o problema já não é que as imagens da mulher sejam irreais, falsas ou distorcidas, senão como o funcionamento dos discursos compreendem afirmações que têm o poder de criar realidades sociais, criar um “feminino” universal e reificado (em geral, heterossexual, branco, de classe média). Raça, classe e gênero atuam em conjunto mas não são equivalentes e merecem um tratamento teórico diferenciado (que neste breve espaço é impossível desenvolver).

A crítica aos estereótipos de gênero apresentados pelos meios, especialmente revistas femininas e cinema, típica dos estudos feministas dos 70, foi válida na medida em que permitiu questionar os papéis femininos e dar a visibilidade negada. Fazendo um rápido percurso, podemos dizer que, de uma invisibilidade inicial, negadora dos aportes femininos à produção e reprodução, passou-se à visibilidade centrada nos aspectos reprodutivos das mulheres, a biologia e a necessidade de controlá-la. Mas foi necessário avançar na noção e crítica do conceito de representação e no papel que os meios iam jogar na articulação da vida contemporânea para entender as conseqüências sociais da nova cultura mediática. Compreendeu-se que já não se tratava de analisar modelos de mulher sem pôr em questão esse conceito de gênero, agora mais flexível e até mais difuso e, por que não, contraditório. Compreendeu-se que a relação entre os meios e as mulheres "de carne e osso" é algo mais que uma relação de falso espelho ou



de consumo alienado, senão uma complexa e precária prática, estruturada não somente por predisposições psicológicas ou sociológicas dos membros individuais da audiência senão também como um jogo de sentidos, de poder e de prazeres, na sempre dinâmica e contraditória vida cotidiana (Ang e Hermes, 1991:308). Re-descobre-se as mulheres na sua dimensão de produtoras. Desta forma, começou-se a estudar, no seio dos *Cultural Studies* europeus e australianos o consumo e a interpretação de telenovelas, romances e revistas femininas (os chamados "gêneros cor de rosa") por parte de mulheres, através de métodos etnográficos, assumindo que o sentido atribuído ao lido, visto ou ouvido oferecia um espaço virtual de intervenção a suas leitoras, através dos usos que esse consumo podia oferecer: ter um espaço próprio, às vezes único, de lazer, no meio da chatice das tarefas domésticas ou desenvolver o senso de pertencer a algum grupo de mulheres, consumidoras desses produtos, entre outras infinitas possibilidades. Também, colocava-se em xeque a força determinante da mensagem, pelas possíveis interpretações que esse produto podia ter, a partir do reconhecimento de que o significado de qualquer texto mediático é produto do encontro entre o(a) leitora(o) e o texto no ato de leitura (um encontro marcado, certamente, por restrições localizadas no texto, no leitor e no contexto) e não a simples decodificação de significados aderidos ao texto.

O impacto da teoria feminista neste sentido é fundamental: ao se fazer da experiência pessoal, da subjetividade, do doméstico (âmbito por excelência do consumo de meios), categorias de análise históricas e políticas relevantes (por isso, a importância dos métodos etnográficos), a recepção de meios passa a ser relacionada com as diversas formas de poder. E ao se questionar a idéia do poder como entidade monolítica, externa aos sujeitos e às palavras, começa-se a pensar na interação entre produtores e consumidoras como algo a mais do que uma relação de dominação e manipulação. Assim, o estudo de meios de cunho feminista tiveram (e têm) o potencial de colocar em cena a politização da esfera social, evidenciar as teias invisíveis por onde também circula e se negocia o poder, no cotidiano.



As possibilidades heurísticas da desestabilização das categorias de análise propostas pelas feministas continuam a desafiar às(os) pesquisadores(as) em comunicação. Que significa, a final de contas, para um estudo de consumo de meios, afirmar que o gênero não é natural, ou não é alguma essência ou traço ou *modo de ser* inerente à pessoa? Em primeiro lugar, dificulta e complica nossa tarefa interpretativa e desafia nossas metodologias de apreensão (e apresentação) dos objetos de estudo. Se o sujeito inteiro, coerente, não existe, se a linguagem não é transparente e as identidades são nômades, então os depoimentos etnográficos não podem ser tomados como testemunhas de uma identidade completa. A maior dificuldade será a de aceitar a incompletude da nossa tarefa, perceber os limites da nossa capacidade interpretativa e a instabilidade e provisoriedade dos nossos resultados. Então, como salienta Harding, “não haveria ciência normal para nós”⁴, feministas. Porque a teoria feminista já compreendeu que conceitos como “homem” e “humanidade” não poderiam acolher essa outra parte sempre negada sem alterar de raiz a ordem ontológica, epistêmica e sócio-política do mundo.

Em segundo lugar, não é a existência de distintos gêneros o que nos preocupa mas as imposições que a “barra” entre homem / mulher, coloca. Como funciona o hábitus de gênero em cada caso, antecipando as experiências das mulheres, as maneiras de interpretar, usar e lidar com a cultura, as formas de se relacionar com outras esferas da vida? Como pode ser transposta na nossa pesquisa de consumo de meios, a performatividade do gênero? E quais as conseqüências disto para uma política feminista? A essas perguntas devemos somar as dificuldades provenientes da insignificância política que tem, a primeira vista, o consumo de meios no dia a dia dos “nossos” sujeitos pesquisados. A tarefa exige cuidadosos instrumentos de pesquisa e máxima sutileza na análise.

Um outro problema é a persistência de visões essencialistas, mesmo não admitidas. A vitimização das mulheres e a confirmação dos dualismos onde estamos

⁴ A citação é de Harding: “ <Ciência normal> foi o termo usado por Khun (1970) para fazer referência a uma ciência madura, na qual os pressupostos conceituais e metodológicos são compartilhados pelos pesquisadores do campo”.

¹ Trabalho apresentado no NP01 – Núcleo de Pesquisa Teorias da Comunicação, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



presas são praticamente incontestáveis. Ainda, esse essencialismo tende a esquecer dimensões de raça, classe e orientação sexual (dentre outras), que não são apenas dados ou fatores que operam desde fora e sobre os sujeitos. Contudo, acredito que os problemas de representação não devam ser abandonados, especialmente os que referem-se à representação midiática, pois sempre são problemas políticos. Mas é bom lembrar, conforme assinala Butler, que “ser mulher, contudo, não é todo o que uma mulher é” e isso vale até para falar do mais “feminino”, como menstruar ou parir.

Salvador, abril/2002.

Bibliografia Consultada:

ANG, Ien e HERMES, Joke. "Gender and/in Media Consumption". In: CURRAN, James & GUREVITCH, M. (eds.) *Mass Media and Society*. London: Arnold, 1991, pp. 307-325.

BARBERO, Jesús Martín. “América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social”. In SOUZA, Mario W.de (Org.) *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: ECA/USP/Ed. Brasiliense, 1995, pp. 39-68.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo Sexo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

BUTLER, Judith. *El género en disputa. El feminismo y la subversión de la identidad*. México: Paidós, 2001 [1990].

BOURDIEU, Pierre. *La dominación masculina*. Barcelona: Anagrama, 2000. (*A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999).

BRAIDOTTI, Rosi. *Sujetos Nómades. Corporización y diferencia sexual en la teoría feminista contemporánea*. Buenos Aires: Paidós, 2000.

BUTLER, Judith. “Variations on sex genders”. In: BENHABIB, Seyla, CORNELL, Drucilla (Eds.) *Feminism as critique*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988, p. 1-42.

DALMARONI, Miguel. “Estudios Culturales”. Programa da disciplina Estudos Culturais no Mestrado em Ciências Sociais da Universidad Nacional de La Plata, Argentina, durante o semestre 2001.1.

ESCOSTEGUI, Ana Carolina. “Os estudos de recepção e as relações de gênero: algumas anotações provisórias”. [on-line]. In *Ciberlegenda*, n. 7, 2002. Disponível na Internet na URL: <http://www.uff.br/mestcii/carolina1.htm>

FLAX, Jane. “Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista”. In: HOLLANDA, Heloiza (Org.) *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. Pp. 217-250.

FOUCAULT, Michel *El orden del discurso*. Barcelona, Tusquet, 1987.

GODELIER, M. “The Origins of Male Domination”. *New Left Review* (1981) 127:7.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

HARDING, Sandra. “A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista”. In: *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, n.1 Vol.1, 1993, pp. 7 a 31.

MARTIN, Emily. *The woman in the body: a cultural analysis of reproduction: with a new introduction*. Boston: Beacon Press, 1992.

NATANSOHN, L. Graciela. “Abordagens mediáticas da saúde” In: NUSSBAUMER, Giselle Marchiori; DUTRA, Joanna d’Arc; SIMONETTI Junior, João C.; SANTOS, Suzy dos (Org.) *Temas em Comunicação e Cultura Contemporâneas 3*. Salvador, Facom, 2001, v. 3, p. 73-86.

NATANSOHN, L. Graciela. “Corpo feminino, ciclos biológicos e representação”. Artigo apresentado no *XI Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação- Compos*, Rio de Janeiro, Junho 2002.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação e Realidade*, jul./dez. 1995 [1988] 20(2): 71-99.

SAFFIOTI, Heleieth “Rearticulando Gênero e Classe social”. In: OLIVEIRA COSTA, A e BRUSCHINI, C. (Org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992, pp. 183-215.